

# OMC: Agricultura europeia continua a dispor de apoios



Falando sobre os resultados da Conferência Ministerial da **Organização Mundial do Comércio**, que teve lugar no Qatar e em que participou **Arlindo Cunha**, o Deputado afirmou ter ficado claro *"que existe margem de manobra para que a União Europeia faça ainda prevalecer alguns dos seus pontos de vista no decurso das longas e duras negociações que aí vêm. Porque o que está em causa é que a UE seja capaz de poder continuar a utilizar instrumentos de apoio à agricultura que lhe permitam continuar o processo de reforma da PAC que iniciou há 10 anos.*

Arlindo Cunha afirmou que pela avaliação que faz *"da negociação na agricultura é que ela fica muito aquém do que pretendíamos, mas que não fecha a possibilidade de a UE continuar a dispor de apoios à sua agricultura, ainda que em condições mais restritivas".*

texto na pág. 4

## Boas Festas

Nesta altura do ano, é próprio desejar Boas Festas e um **Ano Novo melhor do que aquele que ora finda.**

Neste ano somaram-se os indícios do **estertor do desgoverno socialista.**

No orçamento rectificativo, na derrapagem orçamental, na gestão da administração pública, na subalternização internacional, **o PS não acerta uma.**

Muitos dos indicadores económicos e sociais em que estávamos claramente à frente da Grécia apresentam uma evolução preocupante. Nalguns casos já fomos ultrapassados, noutros, a continuar a tendência dos últimos anos, **vamos regressar à cauda da Europa de onde tínhamos saído com os governos do PSD.**

E quando alguns diziam que o **Eng. Guterres não tinha muito tempo para o governo** porque desenvolvia intensa e apreciada acção internacional, parece justo sublinhar que nem o amigo Blair parece reconhecer-lhe esse estatuto.

*Carta da Europa* deseja a todos os seus leitores um melhor 2001 e faz votos que os **sinais de mudança que estas eleições autárquicas vão dar**, ilustrem o caminho que devemos seguir...

*Carlos Miguel Coelho*

## Fórum 2001: Cultura europeia

Intervenção de  
Vasco Graça Moura pág. 3

## Moreira da Silva faz balanço de Marraquexe

pág. 5

## O PSD disse:

Intervenções de  
Sérgio Marques,  
Jorge Moreira da Silva  
Carlos Coelho pág. 7

## Nas eleições autárquicas

Lista dos  
Deputados europeus  
candidatos pelo PSD pág. 8



# Reconversão da frota que pescava em Marrocos



O Deputado **Arlindo Cunha** afirmou que o debate de hoje sobre os apoios à reconversão das frotas que pescavam em Marrocos "resulta do fracasso que a União Europeia teve no processo de negociação de um novo acordo de pescas com Marrocos. Como já tive ocasião de referir no passado, acrescentou, é difícil compreender como um parceiro com o peso da União Europeia não conseguiu sensibilizar as autoridades marroquinas. A Comissão, a começar pelo Comissário Fischler, empenhou-se activamente, mas o mesmo não aconteceu com o Conselho, composto pelo conjunto dos Ministros responsáveis pelo sector das pescas. E ficou claro que os **Governos de Portugal e Espanha não foram capazes de convencer os seus restantes parceiros comunitários**".

Arlindo Cunha sublinhou que "a proposta agora em apreço visa aprovar um envelope financeiro de 197 milhões de euros para ajudar à reconversão dos navios e dos pescadores que até 1999 pescavam em águas marroquinas e que no caso português eram 30 embarcações e cerca de 700 pescadores. Desse total, é proposto afectar a Portugal 10,6 milhões de euros, ou seja, apenas 5,4%, sendo o restante para Espanha".

O Deputado social democrata defendeu que esta proposta da Comissão deveria ser melhorada em vários aspectos e destacou três:

"O primeiro é que não faz sentido a rigidez que a proposta de regulamento impõe em relação à percentagem das verbas a afectar a cada tipo de acções. O que faria sentido era, dentro do envelope global e de regras claras, deixar a cada Estado membro a flexibilidade para afectação dessas verbas em função das suas necessidades específicas.

No caso de Portugal impor-se-ia, por exemplo, **aumentar as verbas para algumas despesas sociais como o aumento dos prémios individuais aos tripulantes** em caso de mudança para outro sector ou de abate do navio, ou o aumento da participação comunitária no co-financiamento dos regimes nacionais de ajudas à pré-reforma ou à reforma antecipada.

O segundo é que, um envelope desta natureza também deveria incluir verbas para a reconversão económica de zonas fortemente dependentes da pesca e incluir no quadro da compensação actividades colaterais que dependiam exclusiva ou maioritariamente da actividade pesqueira, como é designadamente o caso da **indústria de transformação de pescado**. Isto implicaria que o envelope financeiro fosse reforçado, o que não aconteceu na proposta em apreço.

O terceiro aspecto é que, na óptica da Comissão, esta ajuda visa essencialmente encerrar um capítulo da política comum de pescas, que foi o fim do Acordo de Marrocos, **sem fazer qualquer esforço paralelo para alargar as possibilidades de pesca noutras águas de Países Terceiros, nem prever apoios a uma maior internacionalização das empresas armadoras, com o mesmo objectivo**".

## Aterro Sanitário do Oeste: Moreira da Silva escreve ao Presidente Prodi

O Deputado **Jorge Moreira da Silva**, em carta dirigida ao Presidente da Comissão Europeia, **Romano Prodi**, denuncia a "incongruência da acção de diferentes Direcções Gerais tuteladas por diferentes Comissários", no caso do **Aterro Sanitário do Oeste**.

Moreira da Silva recorda que "a Comissão Europeia, através da DG Ambiente e da DG Régio, decidiu suspender temporariamente o financiamento comunitário e interpelar as autoridades portuguesas sobre a conformidade do projecto com a legislação comunitária".

Para Jorge Moreira da Silva, "esta atitude da Comissão Europeia, ligando o processo de contencioso ao

financiamento, medida que deveria aliás ser mais vezes utilizada, indicava que o desfecho do processo seria um de dois: ou a Comissão Europeia entendia que os queixosos não tinham razão e, nesse caso teria que arquivar a queixa e, em simultâneo, desbloquear os fundos; ou a Comissão Europeia entendia que os queixosos tinham razão e, nesse caso, teria que, simultaneamente, manter o financiamento suspenso e **abrir um processo** contra Portugal.

Ora, **nada disto ocorreu**. A Comissão decidiu, contrariando toda a lógica, desbloquear os fundos e dar prosseguimento às investigações despoletadas pelos queixosos. Assim, ocorreu aquilo que é menos desejável e que **cobriu de ridículo os serviços da Comissão Europeia**: o Governo português inaugurou o Aterro Sanitário, invocando o descongelamento do financiamento como prova de que a razão estava do seu lado, e, nessa mesma semana, os queixosos receberam uma carta dos serviços da Comissão Europeia dizendo que **a queixa não foi arquivada e que as averiguações iriam prosseguir**".

# Vasco da Graça Moura defende projectos culturais

Promovido pela Comissão Europeia, realizou-se, em Bruxelas, o FORUM 2001 sobre "A Cooperação Cultural na Europa".

Neste Forum, que contou com a presença do Presidente do Conselho de Ministros da Cultura, o **Ministro belga Rudy Demotte**, a **Comissária Vivianne Reding**, o **Deputado Vasco Graça Moura**, Vice-Presidente da Comissão da Cultura do Parlamento Europeu, alertou para o risco de "o **programa-quadro Cultura 2000** passar ser visto como interessando fundamental e directamente aos profissionais do sector e apenas indirectamente aos cidadãos. É o risco de Cultura-2000 passar a funcionar à imagem de Media Plus, relegando para segundo lugar esses mesmos cidadãos.

E, se assim for, acrescentou, Vasco Graça Moura, os **objectivos do programa-quadro** acabarão por ser subordinados aos **objectivos das próprias redes envolvidas, subvertendo-se o próprio conceito de cooperação cultural entre os Estados**".

"**1.** O documento preparado e distribuído pela Comissão, com vista a este fórum, sobre a cooperação cultural na Europa, fornece uma quantidade impressionante de dados sobre o que tem sido a acção da Comissão na área da Cultura.

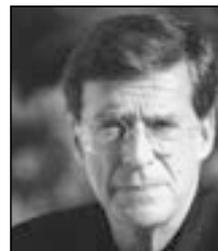
E todavia, **não obstante a eloquência dos números e a importância, maior ou menor, das intervenções, o balanço ali feito não pode considerar-se positivo.**

Independentemente da maior ou menor visibilidade, a grande variedade dos temas **deveria contribuir para facilitar o acesso de cada vez mais cidadãos à cultura e não para o seu contrário.** E, se esses temas contêm uma dimensão intrinsecamente europeia, não se percebe por que razão deixam de reforçar o sentimento de pertença a uma comunidade e ao seu espaço cultural.

**2.** Por outro lado, é reconhecido que, se a acção cultural respeitou o quadro institucional traçado pelo tratado, também acarretou o desenvolvimento de uma acção que foi mais vezes paralela do que complementar quanto aos projectos realizados a nível nacional ou regional.

É muito provável que esta situação derive, não apenas

da metodologia seguida para a selecção dos projectos mas também, em boa parte, do estímulo dado à criação de redes culturais na última década.



**3.** Em terceiro lugar, parece dever reconhecer-se que os **objectivos traçados pelo programa-quadro Cultura 2000 são muito mais ambiciosos do que os meios humanos e financeiros disponíveis para a gestão do programa.**

As coisas ainda se complicam mais se pensarmos que tais objectivos não se confinam à União na sua composição actual, pois consideram também os **países candidatos ao alargamento** e admitem mesmo a consideração de interesses de cooperação transcontinental.

**Os objectivos do programa Cultura 2000 são muito mais ambiciosos do que os meios humanos e financeiros disponíveis.**

A grande questão, em matéria de política cultural, ou, se se preferir a linguagem dos tratados, em matéria de cooperação no espaço cultural europeu, é esta:

Deve a Comissão ser uma simples plataforma de acolhimento de projectos e uma estação financiadora deles, a partir de uma sua classificação e graduação e de todo

um conjunto de procedimentos burocráticos?

Ou deve antes, a Comissão, prosseguir uma concepção própria para a Cultura e para a acção correspondente no espaço cultural europeu, definindo as prioridades a partir dela e graduando a distribuição de recursos em conformidade?

Parece-me evidente que, na actual fase do processo europeu, há alguns aspectos que sobrelevam aos outros.

Por exemplo:

- o objectivo da **preservação e valorização da dimensão europeia da cultura**, na sua identidade e na sua diversidade,
- o objectivo de preservação, valorização e divulgação da **herança cultural europeia**, ou, se se preferir, do **património cultural europeu** dando a esta expressão um sentido muito lato no espaço e no tempo, e
- o aprofundamento da consciência de que **pertencemos a um espaço cultural comum**, com todas as implicações que acarretam de aprofundamento do conhecimento recíproco entre os cidadãos da União.

# OMC: Agricultura continua a dispor de apoios



Fazendo o balanço das negociações no dossier agrícola, o Deputado Arlindo Cunha considerou importante " que tivesse ficado expresso no texto que a **eliminação dos apoios à exportação se aplica a todos os tipos de subsídios e não apenas**

**às restituições da UE** e ficado claro que a referência a esse objectivo final não constitui uma antecipação do resultado das negociações que agora se seguirão.

Assim como foi importante ficar em aberto a **importância do papel multifuncional da agricultura**, e das medidas especiais de apoio que pode implicar para a agricultura, não só nos países em desenvolvimento, como também nos países desenvolvidos".

Para Arlindo Cunha, "pena foi que não se tenha avançado tanto como seria necessário na protecção das denominações de origem e proveniências geográficas, a não ser a promessa de acordo quanto a uma listagem de denominações protegidas para os vinhos e bebidas espirituosas em 2002".

Arlindo Cunha sublinhou que "desde 1992 que a **União Europeia iniciou um corajoso processo de reforma da sua Política Agrícola Comum (PAC)**, que essencialmente se traduziu na passagem de um sistema de preços de garantia elevados para um sistema de ajudas directas aos agricultores.

As reformas da PAC de 1992 e de 1999 (Agenda 2000) conduziram, além disso, a que os mecanismos que hoje são utilizados para apoiar a agricultura sejam muito menos distorçores da concorrência internacional, como o provam os seguintes factos:

- Antes da reforma de 1992, 91% dos apoios da PAC era constituído por medidas de protecção do mercado, e apenas 9% eram ajudas directas e de desenvolvimento rural. Após as reformas, o primeiro tipo de medidas passou

a representar apenas 21% do orçamento da PAC, enquanto que o segundo passaram para 79%.

- Antes da reforma as restituições às exportações representavam 25% do valor dos produtos exportados, o que constituía de facto um importante elemento de distorção da concorrência, enquanto que actualmente aquele valor já não atinge sequer 9%".

Arlindo Cunha afirmou que o que mais o chocou em Doha, tal como em Seattle, "é que **o discurso dos nossos concorrentes comerciais sobre a PAC é o mesmo de há 15 anos ou há 20 anos**, quando a PAC era de facto uma muralha proteccionista.

Ou seja, sublinhou, ninguém considerou os esforços que fizemos nos últimos 10 anos. E o que mais choca é ouvir a acusação proteccionista que é feita à UE, quando:

- somos o primeiro importador de produtos agroalimentares;
- importamos dos países em vias de desenvolvimento mais do que os Estados Unidos, o Japão, o Canadá e a Nova Zelândia juntos, ou que todo o grupo de Cairns junto;
- importamos do Grupo de Cairns mais de 23 mil milhões de dólares, contra apenas 5 mil milhões dos Estados Unidos".

**Chegados a Doha, verificámos que a UE continuou a ser empurrada para a sarjeta dos maus da fita...**

**O discurso dos nossos concorrentes comerciais sobre a PAC é o mesmo de há 15 ou 20 anos, quando a PAC era de facto uma muralha proteccionista.**

Para Arlindo Cunha, "nos últimos 2 anos lutámos muito na UE para evitar repetir Seattle.

Fomos capazes de definir um mandato de negociação, com objectivos claros como a necessidade de manutenção da actividade agrícola em todo o território por razões de ordenamento do espaço, de protecção ambiental e de revitalização do tecido económico e social do mundo rural, bem como a garantia de segurança higio-sanitária dos alimentos ou ainda a protecção das denominações de origem

de produtos tradicionais, que têm sido alvo da maior pirataria internacional.

Chegados, porém a Doha, verificámos que **a UE continuou a ser empurrada para a sarjeta dos maus da fita**, ao lado do Japão, cuja tradição proteccionista nada tem a ver com a realidade da UE actual".

# Jorge Moreira da Silva faz balanço de Marraquexe

O Deputado Jorge Moreira Silva **chefiou a Delegação do PE à Conferência de Marraquexe sobre Alterações Climáticas.** Fazendo o balanço da Conferência, declarou:

"A Conferência de Marraquexe concluiu a redacção do Protocolo de Quioto e lançou a sua ratificação a tempo da entrada em vigor ainda durante 2002.

## Três pequenos pecados:

1) **Perdemos dez anos em negociações e conversações.**

E, nestes dez anos perdidos, entre a Conferência do Rio de Janeiro, onde se lançou a ideia de uma política planetária para resolver o efeito de estufa, e a Conferência de Marraquexe, que concluiu a redacção do Protocolo de Quioto, **o problema agravou-se: as emissões de gases com efeito de estufa não cessaram de aumentar** e os cientistas, agrupados no IPCC, avançaram com previsões ainda mais dramáticas relativamente ao aumento da temperatura e à subida do nível do mar.

2) **A não participação dos Estados Unidos,** responsáveis por mais de 25% de todas as emissões, no Protocolo de Quioto torna-o menos abrangente do que o desejável.

3) **O Protocolo é menos ambicioso do que o inicialmente desenhado.** À custa de tanto querer garantir um compromisso, em especial com o Japão, a Rússia, o Canadá e a Austrália, a União Europeia teve que ir flexibilizando a sua posição acabando por aceitar a inclusão excessiva de sumidouros de carbono (para os quais ainda não existe certeza científica suficiente).

## Pecados à parte, eis as três virtudes:

1) **A alternativa** a este pequeno passo era incomparavelmente **pior.** Sem o acordo político, realizado em Bona e traduzido legalmente em Marraquexe, o Protocolo de Quioto estaria morto e, ao invés de começarmos a agir, teríamos que **perder mais dez anos** em negociações para o desenho de um novo Protocolo.

2) Este acordo sobre o Protocolo de Quioto fez **mais pela regulação da globalização** e pela governança internacional do que todas as cimeiras (e respectivas manifestações de protestos) do G7 ou G8. Venha daí o

efeito de contágio do Protocolo de Quioto para outros dossiers ambientais e para outros domínios políticos !

3) **A União Europeia demonstrou capacidade de liderança.** A mesma que nos tem faltado nos domínios da política externa e segurança comum.

**Quanto ao futuro:** A partir de agora a tonelada de carbono terá uma cotação no mercado e as emissões de dióxido de carbono representarão um custo a reflectir na ponderação geral dos preços de todos os produtos e actividades. Quem for capaz de produzir o mesmo, de forma diferente, fazendo uso de tecnologias mais limpas, vencerá.

**Na economia do carbono, quem for capaz de produzir o mesmo, fazendo uso de tecnologias mais limpas, vencerá...**

**Qual deve ser a agenda política portuguesa neste quadro?** A única hipótese séria, é a de, em nome da racionalidade económica e ambiental, internalizar os custos ambientais do

efeito de estufa em todos os sectores económicos. Obviamente, esta ambição ambiental e esta racionalidade económica não são compatíveis com cálculos eleitorais. É que para além, da promoção das energias renováveis e do gás natural, da aposta na agricultura biológica e na eficiência energética na indústria e nos edifícios, da introdução de medidas facilitadoras do uso do transporte, de carga e de passageiros, por via marítima e ferroviária, o alargamento da rede de transportes públicos e da investigação na área dos novos combustíveis e dos novos motores, precisamos de pôr igualmente em prática algumas medidas claramente impopulares. Estou a pensar, por exemplo, no **fim dos subsídios** à indústria dos combustíveis fósseis e na **implementação da tributação sobre a energia** e sobre as emissões de dióxido de carbono nos transportes.



**Pode ver a Carta da Europa na Net no site do PPE**



## Carlos Coelho defende reforço da Cooperação Schengen

O Deputado Carlos Coelho defendeu que **"é essencial concretizar a área de Justiça e Segurança na Europa**. Os recentes acontecimentos de 11 de Setembro convocam-nos para a necessidade de **fazer a luta contra o terrorismo não apenas por meios militares, mas também com instrumentos judiciais**".

Carlos Coelho recordou que **"a estratégia da União Europeia para o início do novo milénio - 'Prevenção e Controlo da Criminalidade Organizada' previa já a possibilidade de se criar um espaço jurídico único para extradição a nível europeu**; os acontecimentos de 11 de Setembro vieram apenas reforçar a urgência e a necessidade de tal decisão.

Foi por isso, acrescentou Carlos Coelho, que o Conselho JAI de 20 de Setembro, no seu objectivo de luta contra o terrorismo, decidiu substituir no interior da União, o processo de extradição por um simples processo de entrega dos autores desses crimes, o que implicará que todas as normas actualmente em vigor em matéria de extradição se tornarão obsoletas; e implicará o desaparecimento e a substituição das 2 convenções relativas à extradição pelo reconhecimento mútuo das decisões judiciais e pela mera transferência do autor do crime, criando, deste modo, o espaço único europeu para a extradição".

Para Carlos Coelho, **"questões como a política de asilo, as medidas de combate à criminalidade, ou a organização dos controlos nas fronteiras, e da luta contra o terrorismo, são sensíveis e têm indiscutível importância para os Estados Membros** Creio, porém, salientou, que actualmente todos compreendem que **problemas comuns exigem soluções comuns** para serem resolvidos de uma forma eficaz e coerente, e que todas estas questões para além da sua dimensão nacional têm uma necessária dimensão europeia".



## Sérgio Marques defende relações com a América Latina

Para o Deputado Sérgio Marques **"A Cimeira do Rio (1999) marcou o início de uma nova etapa nas relações bi-regionais com vista à criação de uma parceria estratégica entre a União Europeia, América Latina e Caraíbas**".

Sérgio Marques defende que **"a nova estratégia comum deverá ter como principais objectivos, de acordo com as prioridades aprovadas no Rio, objectivos de âmbito político (ampliação da agenda política bi-regional; actualização e revisão do diálogo político ministerial; criação de uma assembleia transatlântica Europa-América Latina), económico, financeiro e comercial (conclusão de distintos Acordos de Associação e criação de uma zona Europa-América Latina de Comércio Livre prevista para 2010) e social e cultural (criação de um fundo de solidariedade bi-regional e de um plano global de luta contra a droga, entre outros)**.

**Realce para a necessidade do reforço da cooperação com base numa parceria sustentada e integrada, visando a promoção do desenvolvimento humano e do desenvolvimento da sociedade civil e o consequente favorecimento de todas as camadas da população**".



## Moreira da Silva: Alqueva à cota máxima ?

Para Jorge Moreira da Silva, **"a harmonização da tarifação da água, tal como define a Directiva Quadro da Água aprovada há cerca de um ano, é fundamental para assegurar a recuperação de todos os custos relacionados com a água e, por essa via, para promover uma utilização racional dos recursos hídricos**.

**Assim, o preço da água passará a incluir não apenas todos os custos relacionados com a sua captação e abastecimento, mas também os custos ambientais (como os resultantes da escassez e da poluição)**".

**Esta Comunicação da Comissão Europeia, sobre a tarifação sustentável da água, vem demonstrar que o enchimento faseado do Alqueva até à cota 139m, como venho propondo, não só permitiria salvar mais de 600.000 árvores, assim como habitats de grande importância, como ainda seria economicamente mais sustentável**".

Para Moreira da Silva, **"uma vez que o Governo definiu a cota de enchimento sem ter em consideração a nova Directiva Quadro da Água e a harmonização da tarifação aí definida, arriscamo-nos a desmatar até à cota 152m e depois, devido ao preço da água, constatarmos que o enchimento até à cota 139m seria suficiente para as necessidades agrícolas**".



## Sérgio Marques com novo Relatório importante para as Regiões

O Deputado Sérgio Marques foi nomeado Relator da Comissão da Política Regional do Parlamento Europeu sobre a **redução da taxa de imposto especial sobre o rum tradicional, licores e aguardentes produzidos na Madeira, Açores e nos departamentos ultramarinos franceses.**

Sérgio Marques considera que *"a aplicação da legislação comunitária às regiões ultraperiféricas, nomeadamente da legislação fiscal, deve ser feita com flexibilidade, pelo facto de estas regiões se caracterizarem por condições geográficas desfavoráveis, das quais resultam custos de produção muito elevados, nomeadamente em virtude da dimensão restrita das explorações, das reduzidas quantidades produzidas, do afastamento, da descontinuidade geográfica e da pequena dimensão do mercado local"*.

Para Sérgio Marques, *"no domínio fiscal, a tomada em consideração das especificidades dos Açores e da Madeira passa pelo reconhecimento de uma fiscalidade indirecta particular nestas regiões, compatível com as regras do Tratado que estabelece a Comunidade Europeia e susceptível de contribuir para o seu desenvolvimento económico e social."*

*Esta medida, acrescenta, teve como objectivo a sobrevivência dos produtores de cana-de-açúcar e das pequenas indústrias do sector de produção de rum, aguardente e licor, tendo em vista apoiar os interesses vitais de uma economia débil como é a destas regiões"*.



## Substâncias químicas: Moreira da Silva quer política mais rigorosa

O Deputado Jorge Moreira da Silva afirmou, em Estrasburgo, que a **"política da União Europeia para as substâncias químicas não foi capaz de responder adequadamente, em termos de protecção de saúde pública e preservação da biodiversidade, às novas circunstâncias do sector"**.

Moreira da Silva, que intervinha, no Plenário do Parlamento Europeu, no debate sobre a nova política da União para as substâncias químicas, congratulou-se, *"não apenas com o teor, mas também com a importância que a Comissão Europeia está a atribuir a esta nova política, considerando particularmente positivos os seguintes pontos:*

- a **interdição total**, no prazo de uma geração (2020), das **descargas e emissões** para o ambiente de todas as substâncias perigosas;
- a criação de um **sistema único de registo, avaliação e autorização** de substâncias químicas (REACH), em substituição do actual sistema que trata de forma distinta as novas substâncias, das existentes;
- a consagração do **princípio da precaução**, através da inversão do ónus da prova para as substâncias que despertem grande preocupação. Passará a competir ao fabricante provar que um produto não é perigoso".



## Carlos Coelho apoia equipas conjuntas no combate ao crime

O Deputado Carlos Coelho apoiou **"a criação de equipas conjuntas de investigação compostas por polícias e magistrados especializados na luta anti-terrorista e de representantes da unidade Pro-Eurojust e da Europol a fim de coordenar as investigações em curso em matéria de terrorismo"**.



Para Carlos Coelho, um dos grandes objectivos da União é o de possibilitar que os seus cidadãos possam **viver nesse espaço de liberdade, segurança e justiça**, mas onde essa liberdade seja acompanhada por um **elevado nível de segurança**.

Em Tampere apelou-se à criação rápida de equipas de investigação conjuntas, como primeira etapa na luta contra o tráfico de seres humanos, de estupefacientes, bem como contra o terrorismo. A Convenção, que aprovámos no ano passado, relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, previa já expressamente, no seu artº 13, a criação e funcionamento destas equipas".

Para Carlos Coelho, *"na sequência dos terríveis acontecimentos de 11 de Setembro, esta iniciativa surge num quadro de medidas a tomar na luta contra o terrorismo, e visa a aprovação de uma Decisão-Quadro que possibilitará a entrada em vigor desse artº 13"*.

Assim, Carlos Coelho apoia **"esta iniciativa que pretende antecipar a entrada em vigor das disposições da Convenção (que até ao momento ainda não foi ratificada) consideradas mais urgentes pelos Estados Membros"**, mas, apela para **"a necessidade de uma ratificação rápida desta Convenção, de modo a evitar o risco de uma possível fragmentação deste dispositivo legal"**.

Por outro lado, sublinhou, **é igualmente de aplaudir o alargamento do campo de acção da Europol a todas as formas graves de criminalidade internacional.**



## Pacheco Pereira na Sessão Inaugural do Parlamento Europeu dos jovens

José Pacheco Pereira, na qualidade de Vice-Presidente do Parlamento Europeu, abriu, em conjunto com o Presidente da República portuguesa, Dr. Jorge Sampaio, a sessão inaugural do Parlamento Europeu dos Jovens, que decorreu na cidade do Porto.

Na sua intervenção, Pacheco Pereira abordou problemas fundamentais para a juventude europeia, como os problemas ligados à educação, tendo afirmado que *"a educação tem que preparar os jovens de hoje para obterem o melhor uso e rendimento dos desenvolvimentos tecnológicos no seu ambiente de trabalho"*. Pacheco Pereira que reconheceu *"que a transição da educação para o mercado de trabalho é muitas vezes difícil para os jovens e salientou ainda a importância da iniciativa e-learning e dos programas de apoio à mobilidade dos estudantes"*.

Citando a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia que afirma o respeito pela União Europeia da diversidade cultural, religiosa e linguística, Pacheco Pereira destacou *"o papel do Parlamento Europeu na tentativa de generalizar nos currícula escolares dos países da União o estudo de pelo menos mais duas línguas, para além da língua materna"*.

Sobre o alargamento, Pacheco Pereira afirmou que *"este é uma grande oportunidade para a Europa, para a sua segurança, para a economia, para a cultura e para o lugar da Europa no mundo e que os actuais Estados-membros têm que fazer prova de solidariedade com os países candidatos"*.

Sobre o combate ao terrorismo, Pacheco Pereira defendeu *"a maior coligação possível na luta contra o terror, tendo salientado que o combate contra a violência e contra a sua forma mais radical, que é o terrorismo, implica uma maior promoção do acesso dos jovens à educação"*.

## Carta da Europa deseja as maiores felicidades aos candidatos:

### **Teresa Almeida Garrett**

Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo

### **Regina Bastos**

Câmara Municipal de Estarreja

### **Vasco Graça Moura**

Presidente da Assembleia Municipal de Santarém

### **Carlos Costa Neves**

Presidente da Ass. Municipal de Angra do Heroísmo

### **Carlos Coelho**

Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes

## Os Deputados do PSD

### **José Pacheco Pereira**

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

### **Vasco Graça Moura**

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

### **Teresa Almeida Garret**

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

### **Arlindo Cunha**

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

### **Carlos Costa Neves**

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCostaNeves@europarl.eu.int

### **Sérgio Marques**

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

### **Jorge Moreira da Silva**

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

### **Carlos Coelho**

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

### **Regina Bastos**

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

## CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luís Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551